



CONJUNTURA

Troika e privatizações dão fôlego a trabalho jurídico nos maiores escritórios

Apoio à internacionalização de empresas é frente de trabalho que mantém assessoria jurídica activa, mas mudanças legislativas e privatizações impostas pela troika dão mais ânimo a maiores escritórios de advocacia

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

As mudanças legislativas que resultam do memorando assinado com a troika e as privatizações, também assumidas no âmbito deste acordo, vão dar origem, no último semestre do ano, a parte importante do trabalho de assessoria jurídica que será levado a cabo nos maiores escritórios de advocacia do País. Esta ideia é avançada por um grupo de juristas inquiridos pelo **Negócios**, que adicionam ainda aos principais focos de actividade o apoio à internacionalização das empresas portuguesas.

Na opinião de Diogo Leónidas Rocha, sócio da Garrigues, a actividade no último trimestre de 2011 “vai ser fortemente marcada pelos processos de privatização em curso”. O jurista sublinha que apesar de não se prever uma grande resposta por parte de empresas portuguesas, existem diversas empresas estrangeiras que têm manifestado interesse em candidatar-se às privatizações, “procurando advogados que lhes possam assessorar não só na elaboração da respectiva proposta, mas igualmente no esclarecimento de um mercado legal que muitas vezes lhes é desconhecido”.

Diogo Perestrelo, sócio da Cuatrecasas Gonçalves Pereira, considera que a actividade de assessoria jurídica dos grandes escritórios do mercado português deverá centrar-se, até final do ano, no apoio à implementação das medidas constantes do programa de ajustamento económico e financeiro da troika. Tal como adianta, as medidas da troika implicam não só mudanças significativas na legislação portuguesa – por exemplo no plano fiscal e no plano laboral –, como também a concreta execução de medidas que pressupõem o investimento priva-

do e, nessa medida, a colaboração de entidades privadas, como é o caso das privatizações.

“Estávamos a prever e já estamos a sentir que o programa de privatizações definido nos memorandos da troika vai suscitar um aumento significativo nas solicitações de trabalho por parte de clientes internacionais, com particular intensidade no último trimestre de 2011”, argumenta Perestrelo, no que é secundado por Miguel Castro Pereira, que espera no último trimestre do ano um incremento da actividade nas áreas de fusões e aquisições e de mercado de capitais.

Ir lá para fora, para apoiar empresas nacionais

A actividade esperada não se limita, porém, às privatizações e ao trabalho que decorre das imposições da troika. A aposta na internacionalização por parte das empresas nacionais e a assessoria jurídica já desenvolvida por alguns escritórios de maior dimensão noutros mercados é outra frente de intervenção aguardada, tal como evidencia Rui Amendoeira, sócio da Miranda.

Na mesma óptica, Manuel Santos Vitor, sócio de PLMJ, lembra a aposta que os empresários portugueses estão a fazer nos mercados exteriores, nomeadamente em Angola e Moçambique, onde a sociedade a que está ligado marca presença, o que leva à existência de alguma expectativa em torno destes dois países.

Em todo o caso, também para Manuel Santos Vitor, a tónica das privatizações deverá marcar o mercado da advocacia de negócios nos últimos três meses do ano. “Admitimos que haja um fluxo relevante de actividade por via de alienação de activos de empresas portuguesas e abertura do capital social a investidores estrangeiros”, conclui o advogado.

Programa de privatizações definido nos memorandos da troika vai suscitar um aumento significativo nas solicitações de trabalho por parte de clientes internacionais.

DIOGO PERESTRELO

Sócio da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira

**António Mexia** | Empresa que lidera é já cobiçada por várias empresas internacionais.



Bruno Simão



O QUE ESPERAM OS ADVOGADOS

No último trimestre de 2011, que tipo de trabalho jurídico esperam alguns dos maiores escritórios de advogados?



Manuel Santos Vitor, sócio da PLMJ, lamenta que as empresas continuem a ter dificuldades de financiamento.

PRIVATIZAÇÕES, TROIKA E INTERNACIONALIZAÇÃO

Acordo da troika, privatizações e acompanhamento das empresas nacionais no processo de internacionalização são as três traves mestras do trabalho jurídico esperado por Manuel Santos Vitor.



Rui Amendoeira, da Miranda, diz que a actividade internacional tem compensado a redução ocorrida no País.

TRABALHO SOBRETUDO NOS MERCADOS EXTERNOS

Lá fora, o trabalho mais frequente da Miranda diz respeito a projectos e transacções na área da energia, projectos de infra-estruturas, direito bancário e financeiro, societário e comercial. Rui Amendoeira diz que assim deverá continuar.



Diogo Perestrelo, sócio da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, coloca expectativas nas privatizações.

MAIS SOLICITAÇÕES DE CLIENTES INTERNACIONAIS

"Estávamos a prever e já estamos a sentir que o programa de privatizações definido nos memorandos da troika vai suscitar um aumento significativo nas solicitações de trabalho por parte de clientes internacionais", diz Diogo Perestrelo.



João Caldeira, da RPA, diz que a sua sociedade tem beneficiado com o trabalho de fusões e aquisições.

CONTEXTO DEPRESSIVO, MAS COM ACTIVIDADE "RELEVANTE"

"Apesar do contexto depressivo, temos beneficiado de uma relevante actividade na área de "mergers & acquisitions". As nossa expectativa é que a tendência se mantenha até, pelo menos, o termo do primeiro semestre de 2012", diz o sócio da RPA.



Diogo Leónidas, da Garrigues, vê no dossiê das privatizações uma das fontes de trabalho para os advogados.

ESTRANGEIROS COMPENSAM MENOS INTERESSE INTERNO

O sócio da Garrigues lembra que apesar de não se prever uma grande resposta às privatizações por parte de empresas portuguesas, existem diversas empresas estrangeiras que têm manifestado interesse neste processo.



Miguel Castro Pereira, da Abreu, evidencia o aumento de trabalho nos mercados externos.

MAIS TRABALHO DE FUSÕES E AQUISIÇÕES?

O processo de privatizações que se encontra em curso pode desencadear um incremento da actividade nas áreas de fusões e aquisições e mercado de capitais, sustenta o "managing partner" da Abreu Advogados.



Lex

Privatizações dão fôlego a escritórios de advocacia